



CASCAIS

PRÓXIMA

Gestão da Mobilidade, Espaços Urbanos e Energias

## AJUSTE DIRETO

Processo n.º BS003425

“SUBSCRIÇÃO DA PLATAFORMA ELETRÓNICA ACINGOV E DE ASSINATURAS DIGITAIS  
QUALIFICADAS”

## CADERNO DE ENCARGOS

CASCAIS, JUNHO DE 2025

## **PARTE I**

### **CAPÍTULO I**

#### **CLÁUSULAS GERAIS**

##### **Cláusula 1.ª**

###### **Objeto**

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas jurídicas, financeiras e técnicas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual por ajuste direto que como objeto a contratação de serviços de *subscrição da plataforma eletrónica acingov e de assinaturas digitais qualificadas*, em conformidade com a Parte II - especificações técnicas, deste caderno de encargos.
2. A plataforma a disponibilizar deve respeitar sempre as disposições aplicáveis nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual e demais legislação em vigor.
3. Todos os serviços objeto do presente procedimento devem observar os requisitos técnicos e funcionais e níveis de serviço previstos no presente Caderno de Encargos, além de outras especificações que integram o procedimento, bem como os requisitos, especificações e regras de arte aplicáveis ou normalmente utilizadas no tipo de serviços objeto do presente procedimento.

##### **Cláusula 2.ª**

###### **Vigência do contrato**

1. O contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento tem a duração estimada de 12 (doze) meses, renovável por iguais e sucessivos períodos até ao máximo de 36 (trinta e seis) meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar além da cessação do contrato.
2. O prazo definido no número anterior, contam-se a partir da data da primeira solicitação que a entidade adjudicante dirigir ao adjudicatário para a execução das prestações que constituem o objeto deste procedimento, a qual ocorrerá sempre após a publicitação da celebração do contrato no sítio da internet dedicado aos contratos públicos.
3. Independentemente de justa causa, o contrato poderá ser denunciado, a todo o tempo, pela entidade adjudicante, por carta registada com aviso de receção, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, não havendo lugar ao pagamento de qualquer indemnização ao adjudicatário, seja a que título for.

##### **Cláusula 3.ª**

### **Preço base**

O preço base do procedimento, isto é, o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações objeto do presente procedimento, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, é no máximo de 6.416,00€ (seis mil quatrocentos e dezasseis euros), ao qual acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor.

### **Cláusula 4.ª**

#### **Preço contratual**

1. Pela execução de todas as prestações objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante pagará à prestadora de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. São da exclusiva responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução contratual objeto do presente procedimento, de patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexo.
4. Caso a prestação dos vários serviços previstos e objeto do presente procedimento, não se venha a verificar, não poderá ser exigido à entidade adjudicante qualquer tipo de indemnização para cobrir a diferença entre o valor previsto e o valor efetivamente cobrado pelos serviços prestados.

### **Cláusula 5.ª**

#### **Faturação e condições de pagamento**

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, serão pagas no prazo de 60 (sessenta) dias, após a receção das respetivas faturas e confirmação da sua boa execução.
2. As faturas devem ser enviadas através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, acessível (gratuitamente) através do sítio eletrónico <https://www.ilink.pt/ilink/pt/#/signup>, e delas deve constar a identificação do número de processo indicado no contrato “**BS003425**”, sob pena de devolução das mesmas.

3. No pagamento a fazer pela entidade adjudicante ao adjudicatário, serão deduzidas as importâncias correspondentes às penalidades aplicadas a este último no âmbito do contrato.
4. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante relativamente aos elementos e valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador do serviço, no prazo de 15 (quinze) dias, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Para efeitos de pagamento, o prestador do serviço deverá apresentar documentos comprovativos de que tem a situação contributiva regularizada relativamente a contribuições para a segurança social e a impostos devidos em Portugal, salvo se os documentos apresentados na fase pós-adjudicação ainda se encontrarem válidos, ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Retenção de parte do valor do pagamento**

Considerando que é dispensada a prestação de caução pelo adjudicatário, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 88.º do CCP, a entidade adjudicante pode, se considerar conveniente, proceder à retenção de até 5% (cinco por cento) do valor do pagamento a efetuar, para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações, nos termos do estabelecido no n.º 3 do artigo 88.º do CCP.

## **CAPÍTULO II**

### **DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Obrigações principais do adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário, em conformidade com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, de acordo com as melhores regras técnicas e de arte conhecidas e praticadas, as seguintes obrigações principais:
  - a. Prestar os serviços objeto do contrato, sem quaisquer discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos discriminadas nas cláusulas técnicas - Parte II -, deste caderno de encargos, que dele fazem parte integrante;
  - b. Cumprir os termos e condições fixados para a prestação de serviços, nomeadamente:

- I. Responsabilizar por todos os danos causados à entidade adjudicante relativos à prestação do serviço objeto do presente caderno de encargos e que resultem da ação ou omissão;
  - II. Corrigir, em qualquer altura, se tal lhe for solicitado pela entidade adjudicante, quaisquer erros, deficiências ou omissões no trabalho executado, sem qualquer acréscimo no preço contratual proposto;
  - III. Comunicar por escrito à entidade adjudicante, logo que deles tenha conhecimento, qualquer facto, situação, ocorrência ou vicissitude que torne total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços, objeto do presente procedimento bem como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do presente Caderno de Encargos;
  - IV. Prestar de forma correta, atempada e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços bem como prestar, por escrito ou de forma oral, conforme determinado pela entidade adjudicante, todos os esclarecimentos que se justifiquem ou que esta entenda necessários;
  - V. Garantir a proteção e segurança da informação sobre as pessoas singulares, em concreto que o tratamento no âmbito da prestação dos serviços, objeto do contrato, ocorrerá em estrita observância de todas as disposições pertinentes de direito nacional e europeu que protegem os direitos e liberdades fundamentais das pessoas singulares, em particular o seu direito à proteção da vida privada no que diz respeito ao tratamento dos seus dados pessoais;
  - VI. Garantir a implementação de medidas técnicas de segurança adequadas à confidencialidade e à integridade da informação tratada;
  - VII. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigada a recorrer a todos meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Modo da prestação dos serviços**

1. A prestadora de serviços prestará os serviços objeto do contrato com autonomia técnica e científica, sem subordinação ou dependência hierárquicas.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a prestadora de serviços prestará os serviços com zelo e diligência e em colaboração com a entidade adjudicante.
3. Na prestação do serviço, a prestadora de serviços utilizará instrumentos e meios de trabalho próprios e quando prestar serviços nas instalações da entidade adjudicante, poderá utilizar os instrumentos e meios que aquela lhe disponibilize.
4. Os serviços objeto do contrato serão prestados pela prestadora de serviços nas instalações onde aquele desenvolve a sua atividade, nas instalações da entidade adjudicante ou em qualquer outro local por esta indicado.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Patentes, licenças e marcas registadas**

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenham de pagar seja a que título for.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Garantia**

O adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere à prestação do serviço, às exigências legais e obrigações do fornecedor aplicáveis aos contratos nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável, até ao termo do contrato.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Dever de sigilo**

1. A prestadora de serviços e todos os elementos da sua equipa de trabalho ou terceiros por si contratados, devem guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante de que venham a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, sob pena de conferir à entidade adjudicante o direito de rescindir o contrato e de ser indemnizada pelos danos causados.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente, mesmo após a cessação do contrato, salvo declaração expressa em contrário da entidade adjudicante.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Proteção de dados de pessoas singulares**

1. Os dados pessoais a que o adjudicatário tenha acesso ao abrigo do contrato a celebrar ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do mesmo, serão tratados exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins delimitados pelo objeto contratual e por conta e de acordo com as instruções da Entidade Adjudicante no que diz respeito à recolha, acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
2. Sem prejuízo do disposto na presente cláusula e da salvaguarda dos direitos dos titulares dos dados pessoais, o adjudicatário obriga-se a cumprir rigorosamente a conformidade dos processos com a legislação portuguesa e internacional em vigor em matéria de proteção de dados pessoais ou em qualquer outra legislação que a substitua ou venha a ser aplicável a esta matéria.
3. Sem prejuízo do direito a ser esquecido referido no artigo 17.º do Regulamento (UE) 2016/679 por parte do titular dos dados, apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a seis meses após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento.

### **CAPÍTULO III**

#### **PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO**

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Penalidades**

1. Sem prejuízo do direito de resolução do contrato pelo não cumprimento pontual de obrigações emergentes do mesmo, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário, o pagamento de uma sanção pecuniária, por cada dia de atraso no cumprimento das datas e prazos para os serviços a prestar, por motivo imputável ao adjudicatário, de até 5% (cinco por cento), do preço

contratual por cada dia em que se mantiver o incumprimento, situação que será avaliada caso a caso e tendo em conta a gravidade da mesma.

2. O valor acumulado das sanções aplicadas ao abrigo da presente cláusula não pode exceder 20% (vinte por cento) do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato previsto na cláusula seguinte.
3. Caso seja atingido o limite previsto no número anterior e a entidade adjudicante decida não proceder à resolução do contrato por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% (trinta por cento) do preço contratual.
4. A aplicação das penalidades contratuais não exclui o direito de indemnização por perdas e danos com base na legislação em vigor.
5. A cobrança das eventuais sanções em que o adjudicatário incorra poderá ser efetuada, a critério da entidade adjudicante, inclusive, por desconto no pagamento ou pagamentos subsequentes à verificação do facto que tenha dado origem à penalidade.
6. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Incumprimento e resolução do contrato**

1. Sem prejuízo do disposto na cláusula anterior, a entidade adjudicante poderá resolver o contrato em caso de incumprimento definitivo, por facto imputável ao adjudicatário, das respetivas prestações contratuais, nos termos do disposto nos artigos 325.º e 333.º do CCP.
2. Para os efeitos do disposto no número anterior, na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
3. O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores pela entidade adjudicante não obsta o direito de a mesma vir a ser ressarcida pelos prejuízos efetivos que lhe advierem da conduta do adjudicatário, nos termos gerais de Direito.

#### **Cláusula 15.ª**

##### **Caso fortuito ou de força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva



realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Verificando-se os requisitos melhor identificados no número anterior, podem constituir ocorrências de força maior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem ocorrências de força maior, designadamente:
  - a. Falta de mão-de-obra;
  - b. Circunstâncias que não constituem força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
  - c. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedade ou grupos de sociedades dos subcontratados;
  - d. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - e. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
  - f. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - g. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
  - h. Alertas que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. O adjudicatário obriga-se a comunicar, de imediato, à entidade adjudicante a ocorrência de qualquer facto/evento qualificável como caso de força maior, bem como, no mais curto prazo possível, a indicar quais as obrigações emergentes do contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontra impedido ou dificultado por força de tal ocorrência e, bem assim, se for o caso, as medidas que pretende pôr em prática para mitigar o impacto do referido facto/evento e os respetivos custos.
5. Constitui obrigação do adjudicatário a mitigação, por qualquer meio razoável e apropriado ao seu dispor, dos efeitos da verificação de um caso de força maior.
6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais

afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante de força maior.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **DA SUBCONTRATAÇÃO E A CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL**

###### **Cláusula 16.ª**

###### **Subcontratação e a cessão da posição contratual**

Não é permitida a subcontratação de qualquer dos serviços, objeto deste procedimento, pela prestadora de serviços ou cessão da sua posição contratual.

#### **CAPÍTULO V**

##### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

###### **Cláusula 17.ª**

1. Na impossibilidade de descrever de forma suficientemente precisa e inteligível as especificações técnicas dos materiais a adquirir, objeto dos contratos a celebrar, as mesmas foram fixadas por referência a fabricantes, marcas e modelos, nos termos do artigo 49.º-A do CCP.
2. A recorrência a marcas, deverá ser considerado apenas a título exemplificativo. Para o efeito, onde se efetuar a definição de marcas comerciais, entende-se que os equipamentos serão do "tipo" ou "ou equivalente", não violando assim o princípio da concorrência e de igualdade de oportunidades dos operadores económicos.

###### **Cláusula 18.ª**

###### **Uso de sinais distintivos**

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.

###### **Cláusula 19.ª**

###### **Elementos do contrato**

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 94.º do CCP, torna-se exigível a celebração de contrato escrito, sendo este composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a. Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

- b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c. O presente caderno de encargos;
  - d. A proposta adjudicada;
  - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma.

#### **Cláusula 20.ª**

##### **Gestor do contrato**

1. Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP com a aprovação do procedimento foi designado pelo órgão competente um gestor de contrato.
2. Cabe ao gestor do contrato exercer as competências que sejam atribuídas pelo contraente público, em matéria de acompanhamento da execução e verificação do cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais assumidas pelo adjudicatário.
3. No desempenho das suas funções o gestor do contrato tem direito de acesso e consulta a toda a documentação relacionada com as atividades objeto do presente procedimento.
4. Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.
5. O adjudicatário obriga-se a cooperar com o gestor do contrato, designado pelo contraente público, na prossecução das atividades de acompanhamento que este tem a seu cargo

#### **Cláusula 21ª**

##### **Deveres de Informação**

1. Quer a entidade adjudicante, quer o adjudicatário devem informar de imediato a outra parte de qualquer circunstância que chegue ao seu conhecimento e que possa afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, devem avisar de imediato a outra parte de quaisquer circunstâncias que constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento

tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, bem como do tempo e/ou da medida em que previsivelmente será efetuada a execução do contrato.

#### **Cláusula 22.ª**

##### **Comunicações e notificações**

1. As comunicações entre as partes podem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção para o domicílio ou sede contratual de cada uma delas, se tal for considerado como necessário.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada por escrito à outra parte.

#### **Cláusula 23.ª**

##### **Contagem dos prazos**

1. À contagem dos prazos na fase de formação e execução do contrato é aplicável o disposto nos artigos 470.º e 471.º do CCP.
2. Os prazos fixados para a apresentação de propostas são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, não incluindo na sua contagem o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o mesmo começa a correr.

#### **Cláusula 24.ª**

##### **Desempenho Ambiental**

1. O cocontratante deve garantir as melhores práticas ambientais por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactes ambientais.
2. O cocontratante deve igualmente garantir o correto encaminhamento dos eventuais resíduos produzidos no decorrer da execução do contrato, respeitando as boas práticas ambientais previstas na legislação em vigor.

#### **Cláusula 25.ª**

##### **Política Anticorrupção**

Nos termos exarados na Política Antifraude, o contraente público exige que os intervenientes internos, bem como o cocontratante e os seus colaboradores, atuem com honestidade e integridade, garantindo que as suas atividades, interesses e comportamentos não conflituam com essas obrigações e, independentemente da sua posição, reportem todas as suspeitas de corrupção.

#### **Cláusula 26.<sup>a</sup>**

##### **Foro e legislação aplicável**

1. As partes obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.
2. Na eventualidade de qualquer conflito, as partes devem sempre procurar chegar a um acordo sobre a situação em litígio, dentro dos princípios da boa-fé contratual, antes de recorrer a meios contenciosos.
3. No caso de as partes não conseguirem chegar a um acordo, nos termos do número anterior, deve o litígio emergente da interpretação, aplicação, cumprimento ou incumprimento do disposto nos documentos relativos à presente prestação de serviços, será exclusivamente competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro, sendo a legislação portuguesa a aplicável.
4. Ao presente procedimento e em tudo o omissso, ou que não esteja especialmente previsto neste caderno de encargos, observar-se-á o disposto no CCP na sua redação atual e demais legislação e regulamentação aplicável.

## PARTE II

### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

#### I - PLATAFORMA ELETRÓNICA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA ACINGOV E MÓDULO DE TRAMITAÇÕES SIMPLIFICADAS

1 – A plataforma eletrónica de contratação pública acinGov e respetivo módulo de tramitações simplificadas deve estar estruturada, técnica e funcionalmente, de acordo com a legislação aplicável à tramitação dos diferentes tipos de procedimentos de formação de contratos públicos, contemplando todas as suas fases e formalidades necessárias no âmbito do Código dos Contratos Públicos bem como assegurar o cumprimento de todas as especificações e exigências que decorram da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, e demais legislação aplicável.

2 - A plataforma eletrónica de contratação pública acinGov deve incluir obrigatoriamente a tramitação, em número ilimitado e sem qualquer custo adicional de transações e macroprocessos que compõem os vários tipos de procedimentos previstos pelo do Código dos Contratos Públicos:

- Ajuste direto;
- Consulta prévia;
- Concurso público;
- Concurso público limitado por prévia qualificação;
- Procedimento de negociação;
- Diálogo concorrencial;
- Concurso de Conceção;
- Parceria para a Inovação;
- Procedimentos para formação de acordos quadro;
- Procedimentos realizados ao abrigo de acordos quadro;
- Procedimentos realizados ao abrigo de sistemas de aquisição dinâmico;
- Consulta Preliminar;
- Procedimento excluído.

3 - A plataforma eletrónica de contratação pública acinGov deve garantir a disponibilização dos seguintes serviços:

- Selos temporais ilimitados incluídos para a Entidade Adjudicante;

- Formação remota e acompanhamento aos utilizadores;
- Implementação da plataforma;
- Apoio no lançamento de procedimentos de contratação pública na plataforma eletrónica (via remota e via telefónica);
- Predefinição dos documentos exigidos pela Entidade aos Fornecedores;
- Atualizações do regime legal e sugestões de melhoria feitas pela entidade adjudicante;
- Acesso de consulta a qualquer procedimento tramitado via plataforma;
- Emissão de relatórios para envio ao Tribunal de Contas;
- Integração com o BaseGov dos procedimentos tramitados;
- Comunicação do Relatório de não celebração de contrato para o BASE;
- Comunicação do Relatório de formação de contrato para o BASE;
- Comunicação do Relatório de faturas para o BASE;
- Comunicação da Ficha de Impugnação para o BASE;
- Fluxos de pareceres de abertura e adjudicação do procedimento;
- Leilões eletrónicos incluídos;
- Integração com o DRE e o JOUE dos procedimentos tramitados.

4 – A plataforma eletrónica de contratação pública acinGov deve garantir que o módulo de tramitação simplificada disponibilize os seguintes serviços:

- Apresentação das propostas aos operadores económicos através de um email de notificação de convite à apresentação de propostas onde existirá um link para consulta das peças/especificações carregadas no procedimento pela Entidade Adjudicante;
- No referido link deverá ser possível ao fornecedor carregar a sua proposta e todos os conteúdos necessários, para efetuar a sua submissão, bem como deverá poder submeter pedidos de esclarecimentos, pronúncias ao abrigo do direito de audiência prévia e documentos de habilitação, sem necessidade de assinaturas eletrónicas ou selos temporais
- As propostas e demais submissões efetuadas no âmbito da tramitação do procedimento devem poder ser automaticamente integradas na plataforma eletrónica e posteriormente comunicadas ao portal BASE.
- Submissões efetuadas no âmbito da tramitação do procedimento sem custos para os operadores económicos;

-- Submissões efetuadas no âmbito da tramitação do procedimento sem necessidade de se registar na plataforma.

5 - A plataforma eletrónica de contratação pública acinGov deve garantir quanto aos operadores económicos o seguinte:

- Inscrição dos operadores económicos na plataforma eletrónica gratuita;
- Opção pelo operador económico de usar selos temporais interoperáveis emitidos por outras entidades certificadoras;
- Disponibilizar ao operador económico serviços especializados, aos quais pode subscrever para obter apoio especializado ou apoio em horário alargado.

## II - AQUISIÇÃO DE ASSINATURA ELETRÓNICA QUALIFICADA

1 - De acordo com a legislação portuguesa em vigor e com o Regulamento (UE) N.º 910/2014 (eIDAS), pretende-se com a aquisição objeto do contrato que a assinatura eletrónica qualificada tenha um efeito legal equivalente ao de uma assinatura manuscrita, bem como que as assinaturas eletrónicas qualificadas sejam reconhecidas como tal em todos os outros Estados-Membro da União Europeia".

### 2 - MAPA DE QUANTIDADES PREVISTAS

ITEM	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
1	Renovação da assinatura digital qualificada - coletiva profissional GTS pelo período de 3 anos + Email	2	UN
2	Nova emissão de assinaturas digital qualificada profissional singular GTS pelo período de 3 anos	6	UN
3	Renovação de assinatura digital qualificada profissional singular GTS pelo período de 3 anos	1	UN



## PARTE II

### Anexo I

#### Lista de preços base unitários

Descritivo		Preço unitário (€)
1	Subscrição por 36 meses da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov e respetivos módulos + 60 tramitações simplificadas	3.900,00€
2	Renovação de 2 assinaturas digitais -qualificadas profissional- coletiva GTS + email por 3 anos	596,00
3	Nova emissão de 6 assinaturas digitais -qualificadas profissional singular GTS por 3 anos	1.680,00
4	Renovação de 1 assinatura digital -qualificada profissional singular GTS por 3 anos	240,00